

# NECROPOLÍTICA DA PANDEMIA PELA COVID-19 NO BRASIL: QUEM PODE MORRER? QUEM ESTÁ MORRENDO? QUEM JÁ NASCEU PARA SER DEIXADO MORRER?

## PANDEMIC NECROPOLITICS FOR COVID-19 IN BRAZIL: WHO CAN DIE? WHO IS DYING? WHO WAS BORN TO BE LET TO DIE?

Joel Hirtz do Nascimento Navarro<sup>1</sup>

Mayara Ciciliotti da Silva<sup>2</sup>

Luziane de Assis Ruela Siqueira<sup>3</sup>

Maria Angélica Carvalho Andrade<sup>4</sup>

### RESUMO

A pandemia da Covid-19 anuncia algo nunca vivido na contemporaneidade. Um vírus que cronifica uma série de desigualdades e processos que incidem diferentemente sobre os sujeitos. Diante dos dados estatísticos de mortes, acionamos processos históricos que se atualizam no presente, questionando quem está morrendo e quem já estava marcado para morrer, sob a lógica do racismo de estado e da necropolítica. Buscamos refletir se a pandemia produz os *novos infames* e intensifica a produção de corpos não passíveis de luto, o que implica em uma não banalização, uma inquietação em não nos *acostumarmos* com a morte que não atinge a todos de maneira igual, na direção de uma ética que aposte na luta pela vida.

**Palavras-chave:** Pandemias; Covid-19; Biopolítica; Necropolítica; Violência social.

### ABSTRACT

The Covid-19 pandemic announces something that has never been experienced by contemporary people. A virus that chronifies a series of inequalities and processes that affect

---

<sup>1</sup> Doutorando em Saúde Coletiva (UFES), Mestre em Gerontologia Biomédica (PUCRS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8236-403X>, e-mail: [navarrofisioterapeuta@gmail.com](mailto:navarrofisioterapeuta@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2274285840406398>

<sup>2</sup> Especialista em Saúde da Criança e do Adolescente (Hucam/UFES), Mestranda em Saúde Coletiva (UFES), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3222-6904>, e-mail: [mayaraciciliotti@hotmail.com](mailto:mayaraciciliotti@hotmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5748110626150671>

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Psicologia (DPSI) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/UFES), ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7510-9148>, e-mail: [luzianesiq@gmail.com](mailto:luzianesiq@gmail.com); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6917111497820903>

<sup>4</sup> Professora do Departamento de Medicina Social e do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/UFES), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3690-6416>, e-mail: [geliandrade@gmail.com](mailto:geliandrade@gmail.com), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5427520110626795>

subjects differently. In view of the statistical data on deaths, we actualize historical processes that are updated in the present, questioning who is dying and who was already marked to die, under the logic of state racism and necro-politics. We seek to reflect on whether the pandemic produces the *new infamous* and intensifies the production of bodies not subject to mourning, which implies a non-trivialization, a concern about not getting used to death that doesn't reach all in the same way, in the direction of an ethics that focuses on the struggle for life.

**Key words:** Pandemics; COVID-19; Biopolitics; Necro-politics; Social violence.

## INTRODUÇÃO

*Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.*

*A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude. (...)*

*A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração. (...)*

*A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.* <sup>1:53</sup>

O Brasil atingiu a marca de 50 mil mortes registradas pelo novo coronavírus, inédita entre todos os países do mundo, com exceção dos Estados Unidos <sup>2</sup>. Diante dessa marca, tomados de desassossego, na tentativa de *não acostumar* com os efeitos diversos que a pandemia da Covid-19 produz, propomos um artigo-inquieto, impregnado do *ethos* de “ler” o que o acontecimento-covid nos convoca a refletir. Partimos do desassossego conforme nos instiga Fernando Pessoa: “Ah, como as coisas quotidianas roçam mistérios por nós!” <sup>3:69</sup>. Tomamos o COVID-19 como um acontecimento que nos convoca a reler o mundo <sup>4</sup>. Buscamos, assim, equivocar, estranhar o que vem sendo apresentado como verdade: a morte que iguala, que atinge a todos de maneira igual. Avisamos aos leitores que este não é um texto neutro e asséptico, tampouco apresenta certezas, sendo povoado de *nãos*: não aceitamos os mortos, não aceitamos nos acostumar, não banalizamos as mortes, as perdas, os números. Buscamos refletir o que este momento que vivemos nos mostra acerca de nós mesmos, o que o vírus microscópico torna visível: a atualização de sujeitos infames <sup>5,6</sup>, sujeitos não passíveis de luto – porque não

são vistos como vidas <sup>7</sup>. A *lente-covid* nos impele a olhares sensíveis, estéticos e apurados para processos que se cronificam no contexto de pandemia: morte, desigualdades, exclusão social, ausência de políticas públicas que efetivamente dialoguem com as comunidades, violação de direitos. Para Zanella, olhar estético é o que rompe “com as estereotípias que nos cegam à diversidade da realidade e da vida. (...) que nos permitam reinventar nossos modos de ver, de ouvir, de sentir, de pensar, de viver e conviver” <sup>8:139</sup>. Apresentamos o paradoxo que nos acompanha nessas reflexões: de que vida falamos, quando falamos de morte pelo novo coronavírus?

Com o objetivo de colocar em análise os dados quantitativos da Covid-19 no Brasil, buscaremos traçar a conexão entre os processos históricos de produção de sujeitos infames, vidas sem glória, sem registro, sem nota na história e o contexto atual de pandemia, lançando a questão: podemos considerar as vítimas do novo coronavírus os *novos infames*? Em uma pandemia que denuncia em seu enfrentamento governamental as subnotificações de casos, apontamos a dimensão ética de compreender que ainda que todas as vidas sejam precárias, conforme Butler <sup>7</sup>, algumas enfrentam mais condições de precariedade. É preciso acionar a dimensão dos sujeitos que não são contabilizados como vidas dignas, tendo assim, uma *subnotificação de vidas*, o que remete ao status de humanidade que conferimos a alguns sujeitos. Mbembe <sup>9,10</sup> denuncia que o processo histórico-colonizatório trouxe como “novidade” o racismo vinculado ao capitalismo, no qual os corpos negros escravizados foram objetificados e tomados como mercadoria. Processo histórico que se atualiza no contemporâneo e se cronifica no contexto da pandemia - por quais vidas iremos lutar? Quem conta como humano, a quem atribuímos humanidade, a quem afirmamos o direito à proteção e à vida? Não nos propomos a dar respostas, mas convocamos a nós mesmos e a todos, em uma dimensão ético-política, a refletir acerca dos efeitos da pandemia nos diversos sujeitos que coabitam o mundo contemporâneo.

### **Um vírus contemporâneo que aciona a história**

É preciso se dar conta da grandiosidade do número de mortos no Brasil em decorrência da Covid-19, comparáveis com os números anteriores de brasileiros mortos, como, por exemplo, na Guerra do Paraguai <sup>11</sup>. Buscamos acionar processos históricos para compreender o momento que vivemos na contemporaneidade, o que implica em pensar a abertura da história, segundo Walter Benjamin <sup>12</sup>. O autor critica a concepção historicista/positivista da história, apontando que não há historiador neutro, há a visão dos vencedores. Assim, desconstruir a

versão *oficial* dos fatos, é trazer a história contada a partir do ponto de vista dos vencidos, o que “é inseparável de uma opção ética, social e política pelas vítimas da opressão e por aqueles que a combatem”<sup>13:159</sup>.

Aposta ética pelos vencidos como narradores de suas histórias, de suas próprias versões dos fatos, porque a história única cria estereótipos e, quando nós a rejeitamos, afirmamos que “histórias importam, muitas histórias importam”<sup>14:32</sup>. A história de muitos sujeitos foi contada de uma única forma, criando os *sujeitos infames*, vidas de existências-relâmpago, cujas existências obscuras e desventuradas eram destinadas a passar sem deixar rastro, “iluminadas” somente pelo encontro com “o poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam”<sup>5:4</sup>. Lobo<sup>6</sup> relata o percurso histórico dos infames no Brasil: pobres, deficientes, negros escravizados, loucos - vidas sem glória, sem notoriedade, sem valor, sem registro, irrelevantes, “obscuras como milhões de outras que desapareceram e desaparecerão no tempo sem deixar rastro – nenhuma nota de fama, nenhum feito de glória, nenhuma marca de nascimento, apenas o infortúnio de vidas cinzentas para a história”<sup>6:17</sup>. Existências sem rastro, como a tragédia anunciada no sistema prisional no contexto da pandemia, onde os corpos vivos dos presos com suspeitas de Covid-19 propunha-se isolar em contêineres<sup>15</sup>, e onde os corpos mortos dos internos do sistema prisional, não reclamados por familiares, poderiam ser enterrados ou cremados sem atestado de óbito<sup>16</sup>. Cinzas e pó, retrato de uma vida infame, uma vida que não é passível de luto, porque não é considerada uma vida que conta.

Vidas retratadas pela história em suas *infâmias*, a partir do ponto de vista do poder-vencedor. Foucault<sup>17</sup> analisa o poder sobre a vida e sobre os corpos, citando o poder soberano, que podia fazer morrer e deixar viver; o poder disciplinar, que docilizava, moldava e tornava os corpos úteis e o biopoder (na segunda metade do século XVIII), o direito de fazer viver e de deixar morrer. Segundo o autor, o que determina quais vidas podem/devem morrer, o que faz um “corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, é o racismo de Estado, que produziu a morte a partir da visão de que

quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar’. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; **a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura**<sup>17:305</sup>.

Poder de morte do outro, da raça ruim e inferior – sujeitos infames. Analisando as formas de poder contemporâneo, Mbembe cita as “formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’”<sup>6:71</sup>, uma necropolítica, poder que mata, que subjuga a vida ao poder da morte.

Aliada aos processos de desumanização e objetificação dos corpos negros, a necropolítica se renova no contemporâneo. No contexto da pandemia, percebemos a cronificação da atuação necropolítica do Estado, produzindo mortes, mas não *qualquer* morte. Já sabemos que a população pobre e negra vem se confirmando numa série de estudos como a grande vítima da pandemia<sup>15</sup>. Assim, acionando processos históricos, “abrindo” a história, pretendemos atualizar os efeitos da pandemia nas vidas de alguns sujeitos infames, vidas não passíveis de luto, presentes na contemporaneidade: pobres, negros, indígenas, população em situação de rua, internos do sistema prisional, dentre outros. Serão eles os *novos infames*? Morrerão sem deixar rastros, sem deixar registros, a não ser os dados numéricos de vítimas de Covid-19? Suas vidas não importam, de nada valem?

Ressaltamos que a pandemia de Covid-19, como fenômeno novo e atual, traz demandas de “novidade” nas produções acadêmicas, a fim de encontrar respostas ao que vem tomando o mundo no aqui-agora. No entanto, apostamos no processo reflexivo para compreender o contexto da pandemia, e para tal, é fundamental acionar os processos históricos, estando no presente, pois, como diz Gagnebin, é preciso lembrar o passado, mas “não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente”<sup>16:55</sup>. Evocar o passado, estando no presente, para transformar o futuro.

### **Os números e os inumeráveis: a subnotificação da vida e da morte**

Várias nomenclaturas têm sido utilizadas para designar os indivíduos que sofrem as consequências da Covid-19 no país. Um desses termos foi “os inumeráveis”, termo utilizado em campanha para nomear e tecer as histórias das vítimas do vírus. A plataforma “Inumeráveis”, criada pelo artista plástico Edson Pavoni tem como objetivo valorizar, em forma de registros históricos, cada uma das vidas perdidas em função da pandemia do coronavírus no Brasil e dar visibilidade a histórias antes invisíveis<sup>17</sup>. Outro termo, os invisíveis, que designa os que estão no limbo entre a faixa de vulnerabilidade social - cadastrados no Programa Bolsa Família e acompanhados pela Políticas de Assistência Social, e os de classe média-pobre. Por fim, os ultravulneráveis, termo usado para designar os que não conseguem acessar internet, nem têm documentação para acessar o auxílio oferecido pelo governo no contexto de pandemia.

Designações diferentes que apontam para a mesma questão: Quem são esses que direta ou indiretamente são afetados pelo contexto atual?

Buscamos *dar vida, registro e nota* aos números, registrando na história as vidas de sujeitos que merecem viver e merecem que deles se fale, para muito além de análises numéricas. Objetivamos, assim, romper com a lógica da produção da subjetividade infame que atua sobre os indivíduos, retira-os da história ou referindo-os somente no lugar da objetificação e da subalternação ao poder. Trata-se de uma dimensão de ética da responsabilidade para com cada sujeito e para com a construção de um mundo comum. A partir de Hannah Arendt, Assy fala da ética da responsabilidade: “não obstante nascermos intrinsecamente entre homens, ainda nos cabe a arte de exercitar a alteridade, de assumir responsabilidade por quem somos, pelo modo como agimos, e por que mundo somos responsáveis”<sup>18:58</sup>. Nos referimos ao mundo não como uma realidade física que nos rodeia, mas como as ações humanas e as relações que os homens podem estabelecer, reunidos entre si, criando, assim, um mundo comum.

Analisar os dados da pandemia a partir de olhares sensíveis e sob a ética da responsabilidade de desconstruir *infâmias* implica colocar em análise os dados referentes a mais de um milhão de pessoas infectadas pelo novo coronavírus e mais de 50 mil brasileiros mortos<sup>1</sup>, e buscar conectá-los à história e à condição dos sujeitos a que eles se referem: classe, gênero, raça, condições de habitação, acesso a direitos e políticas públicas.

Entretanto, a realidade no Brasil é bem pior, a grande subnotificação de casos da doença, devido principalmente à baixa testagem diagnóstica da população, juntamente com uma curva ascendente de novas mortes, já posicionariam o país como o mais novo epicentro da pandemia de coronavírus. Dados recentes mostram que o Brasil tem a taxa de contágio (R0) mais alta do mundo e, na análise de cenário desta pandemia, estima-se em torno de 200 mil mortes de brasileiros pela Covid-19<sup>19</sup>, podendo efetivamente ser considerado como um projeto de genocídio de populações no Brasil.

Ainda no contexto de subnotificação, onde especialistas apontam que os dados oficiais representariam apenas 60% do total de óbitos<sup>20</sup>, e de determinação presidencial para “maquiar” os dados ministeriais da doença<sup>21</sup>, precisamos olhar também para os brasileiros que se encontram por trás de expressões como ‘apagão de dados’ e ‘voo cego’, que têm sido usadas por pesquisadores para descrever a gestão brasileira das informações na pandemia<sup>22</sup>, ou seja, a nação está ‘navegando às cegas’ ao tentar atravessar a crise<sup>23</sup>.

Assim, iremos conectar os dados quantitativos atuais e os ‘invisíveis’ da pandemia com reflexões de âmbito qualitativo acerca das vidas e mortes que se atualizam cotidianamente diante desse cenário.

## **O que os números de mortes nos falam acerca das vidas?**

Em princípio, o coronavírus parecia promover uma inversão no que diz respeito às vulnerabilidades, uma vez que atingia principalmente pessoas de classe social mais elevada, provenientes de países europeus. Entretanto, logo após o diagnóstico da patroa recém-chegada da Itália, o vírus já havia sido transmitido para a sua empregada doméstica e, desta, para a sua mãe e, daí, disseminando-se para os territórios com maior risco de morrer pela doença, devido às piores condições socioeconômicas, numa efetiva ‘periferização’ das mortes de Covid-19, revelando toda a vulnerabilidade da população mais pobre e a gravidade da situação. O número de mortos crescendo desproporcionalmente nos bairros mais pobres também reflete uma iniquidade de acesso à saúde, de um contingente de pessoas que dependem unicamente do Sistema Único de Saúde, cujos serviços essenciais estão entrando em colapso<sup>24</sup>. Além disso, em meio à pandemia, a fome e as incertezas, associadas à violência do Estado por meio das operações policiais, têm culminado num grande genocídio da população preta e favelada<sup>25</sup>.

Diante do expressivo aumento do número de casos e mortes diárias da Covid-19 no Brasil - que demonstram o acelerado ritmo de expansão da pandemia -, do colapso iminente de serviços de saúde locais em diversas regiões e da falta de uma política pública de saúde unificada, comprometida com a população e em sintonia com as recomendações da OMS, há também a subnotificação e a negligência sistemática dos contextos específicos que estão vivendo determinadas populações, como as pessoas em situação de rua, em privação de liberdade, os moradores das favelas das grandes cidades e os indígenas. Como dissemos, há uma subnotificação da vida! Afinal, quais são as vidas reclamadas e lamentadas durante a pandemia? Quais as vidas que importa proteger?

Butler<sup>7</sup> evidencia o problema dos enquadramentos seletivos, considerados como as molduras pelas quais conseguimos apreender ou não a vida dos outros como perdida ou lesada (ou sua suscetibilidade de ser perdida ou lesada). Esses enquadramentos - operações específicas de poder -, atuam delimitando o que pode ser ou não considerada uma vida, organizam a experiência visual e geram ontologias específicas do sujeito, ou seja, um corpo é produzido como sujeito e passível de assim ser reconhecido por meio de termos, convenções e condições normativas, da cultura. Nesse sentido, a vida será produzida e reconhecida de acordo com normas que a caracterizam como uma vida, assim, haverá sujeitos que não serão reconhecidos como sujeitos e vidas que dificilmente - ou nunca - serão reconhecidas como vidas.

Figuras vivas, como a população indígena, em situação de rua, em privação de liberdade e aquelas que vivem nas favelas, são historicamente excluídas das normas que os sujeitos e a vida são produzidos e tornam-se também os problemas com quais esses enquadramentos seletivos têm de lidar em nossas sociedades contemporâneas capitalistas - que já praticam o genocídio desses grupos - em meio a uma pandemia. A escassez de políticas públicas específicas que deem conta dos contextos que estão vivendo essas populações e a insuficiência de dados que mostrem esses sujeitos em meio à pandemia da Covid-19 refletem o fato do Estado e da maioria dos seus representantes não terem interesse em lidar com essas vidas, consideradas como descartáveis e, assim, colaborando com a produção de corpos que não importam, que não são considerados vivos, ou melhor, que não são habitados por uma vida.

Esses enquadramentos seletivos operam também dificultando que a sociedade identifique a negligência sistemática e as guerras que são traçadas contra essas populações. Quem reclama essas vidas? Quem reivindica a proteção dessas vidas? Como proteger vidas que não são consideradas vidas? Para Butler,

Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. Nesse sentido, a possibilidade de ser enlutada, de ser reivindicada, de ser protegida, de ter uma rede social de ajuda, será uma condição de uma vida que importa.<sup>7:13</sup>

Para serem reclamadas e terem sua proteção reivindicada, ou seja, serem preservadas na condição de uma vida que importa ou serem passíveis de luto, as vidas dessas populações precisam ser vistas como vidas. Esses corpos só serão protegidos levando em consideração essa possibilidade de reconhecer essas vidas e as condições necessárias para que se tornem mais vivíveis. Caso contrário, haverá ali, nesses corpos que vivem nas favelas, naqueles que circulam pelas calçadas, praças e nas portas dos mercados pedindo doações de alimentos ou nos que se encontram em privação de liberdade, vidas que nunca terão sido vividas pela lente dos enquadramentos com que opera o Estado brasileiro. Vidas que não são mostradas durante a pandemia ou até mesmo são escondidas quando denunciam a acentuada falta das estruturas básicas para manterem suas vidas e que já lhes atingia antes mesmo do contexto da Covid-19 no país.

Podemos ver diariamente nos noticiários sobre vidas que são frequentemente perdidas por estarem mais expostas às violências e a falta de apoio social durante a pandemia. Podemos também não ter dados suficientes que mostrem determinadas populações que se encontram nessas mesmas condições, mostrando, então, subnotificação de suas vidas por parte do Estado.



Como podemos, nessas duas condições, percebermos essas vidas como vidas que importam e estabelecermos uma oposição ética e política a essas perdas e à falta das condições estruturais básicas para que suas vidas sejam sustentadas? A partir da produção de vidas que não importam, de que forma esses enquadramentos seletivos afetam essas populações - e nos afetam - em meio à pandemia da Covid-19?

Como já afirmavam Diniz e Carino<sup>26</sup>, essa pandemia pelo novo coronavírus parece uma atualização das aulas de Michel Foucault sobre biopolítica, segurança e territórios, onde biopolítica é compreendida como o poder que organiza as políticas da vida, isto é, são táticas que regulam que corpos devem viver e quais podem ser descartáveis. Com esse entendimento, toda biopolítica se converte em uma necropolítica quando os regimes de desigualdade determinam quais corpos vivem o risco. Pensar a necropolítica é pensar sobre como o Estado exerce poder político social, administrando a vida e a morte de grupos marginalizados promovendo assim ainda mais opressões e efetivando o projeto de genocídio de grupos brasileiros já vulnerabilizados.

Assim, contar a história a partir do ponto de vista dos vencidos, eticamente refletindo e nos opondo à necropolítica, à produção de sujeitos infames e à produção de vidas não passíveis de luto, indagamos: Quem pode morrer? Quem vai morrer? Quem está morrendo? Quem já nasceu para ser deixado morrer? Quem são os novos infames desta pandemia?

### **Os novos infames da pandemia: é preciso ainda falar do que não foi superado**

Com relação à identificação das populações mais vulneráveis, destaca-se o avanço da Covid-19 para os bairros periféricos e comunidades carentes, em assentamentos precários, onde o contágio, o acesso à saúde e as comorbidades escancaram as desigualdades. Ressalta-se que, no Brasil, sob a ampla denominação de favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, dentre outros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identifica os “aglomerados subnormais” como um conjunto de domicílios com, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais<sup>27</sup>.

Importante salientar que esses 15.868 setores, identificados pelo IBGE<sup>27</sup> em aglomerados subnormais (cerca de 5% do total dos setores brasileiros) e utilizados para mensurar essas habitações, são descritos por aquilo que não possui, pelo que **falta**, além da homogeneização de um espaço diverso, cuja marca importante, desde sua origem, é a presença de contrastes e ausência de apoio do Estado, resultando em muitas carências, como por exemplo

a infraestrutura básica, como água tratada, rede de energia elétrica e rede de esgoto, o que faz com que os moradores tenham que encontrar soluções próprias para o seu cotidiano <sup>28</sup>.

Sem romantizar, é importante destacar que a favela é essencialmente um espaço de problemas, mas, na mesma medida, um espaço de soluções, onde seus moradores organizam-se de acordo com suas possibilidades e reinventam maneiras para minimizar as adversidades do dia a dia <sup>28</sup>. As cerca de 700 favelas do Rio de Janeiro (RJ), onde vivem em torno de 1,4 milhão de pessoas (22,5% da população carioca), de acordo com o levantamento do Voz das Comunidades, já somam mais mortes pelo novo coronavírus do que 15 estados do Brasil <sup>29</sup>. Entretanto, também há subnotificação dessa população, que acontece especialmente em decorrência da falta de testes e diagnósticos corretos em massa nas comunidades carentes, combinada com a precarização do atendimento na rede pública de saúde, revelando também o aumento das mortes em casa como mais uma face dramática dessa subnotificação dos casos de Covid-19 <sup>30</sup>. Com o avanço crescente da doença e diante da crônica ausência do poder público, diversas associações de moradores e entidades comunitárias se mobilizam para realizar ações de combate ao coronavírus e de conscientização da população sobre a necessidade de isolamento social <sup>30</sup>. Diante da situação, destacam-se as organizações Voz das Comunidades, Mulheres no Alemão em Ação e Coletivo Papo Reto, que se uniram para criar o Gabinete de Crise do Alemão, voltado à comunicação sobre o coronavírus e a promover ações humanitárias, para coleta e distribuição de alimentos, água e produtos de higiene na comunidade <sup>31</sup>.

Os distritos da cidade de São Paulo com maior quantidade de mortes por coronavírus, ou suspeitas, concentram grande quantidade de favelas, cortiços e conjuntos ou núcleos habitacionais, onde o risco de morrer pela doença é até 10 vezes maior do que em bairros com melhor condição social e que pessoas negras têm 62% mais chances de morrer por Covid-19 do que as brancas <sup>32</sup>. Dentre esses territórios, Brasilândia, localizada na zona norte de São Paulo e um dos mais populosos da capital paulista, concentra o maior número bruto de óbitos (confirmados ou suspeitos) por coronavírus, e onde as pessoas, na maioria idosas, estão morrendo dentro de casa, sem identificação do vírus e sem atendimento <sup>33</sup>, especialmente pelo fato de a rede de saúde pública já ter atingido o limite de sua capacidade, com quase todos os leitos de UTI ocupados, em muitos locais.

As comunidades buscam assim, lidar com a ausência de políticas públicas no território, fato que, destacamos, é histórico e anterior à pandemia. O contexto contemporâneo somente cronifica a precariedade de vida e da afirmação de direitos, com um vírus que atende à demanda necropolítica estatal, “deixando morrer” os que já estavam demarcados para morrer a partir do racismo de Estado.

Cabe lembrar, conforme mostra Loures <sup>34</sup>, que apenas 8 das 27 secretarias estaduais de saúde do país estão divulgando a “raça/cor” das vítimas da Covid-19, mesmo já existindo uma portaria que torna obrigatório esse registro das pessoas que são atendidas no SUS em âmbito nacional. Dessa forma, torna-se ainda mais difícil a identificação das necessidades e o perfil epidemiológico de populações específicas que poderiam ser analisadas e levadas em consideração na elaboração de políticas públicas e de planos de combate ao coronavírus.

Os *novos* infames também podem ser vistos na tragédia anunciada no sistema carcerário, correndo riscos de morte na cadeia, vivenciando uma crise humanitária e de saúde nos presídios. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), de 2019, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Brasil possui uma população prisional de 758.676 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes. Com relação aos crimes cometidos, 41,65% estão relacionados ao tráfico de drogas <sup>35</sup>. Nesse sentido, afirma-se que são as distorções da legislação, como a atual lei das drogas, e crimes contra o patrimônio – e não contra a vida – que entopem o sistema e colocam em risco diversas vidas <sup>12</sup>. Durante a escrita deste artigo, o último balanço oficial da Covid-19 no sistema penitenciário evidencia que, até agora, houve 46 óbitos, 1718 pessoas infectadas e 630 com suspeita. Foram feitos 5.906 testes em uma população de 748.009 presos em unidades prisionais <sup>35</sup>. É importante também destacar que, diante do potencial de disseminação do coronavírus nas prisões, além dos detentos, também estão em risco os agentes prisionais e os profissionais de saúde que atuam no sistema e seus familiares <sup>12</sup>.

No entanto, apresenta-se uma grande desconfiança dos dados divulgados, seguindo o contexto da subnotificação, da falta de estatísticas como um todo da população encarcerada e das condições de encarceramento no país, com os presos amontoados em celas insalubres, sem ventilação e iluminação adequadas, situação propícia para a disseminação e agravamento da Covid-19 <sup>13</sup>. Novamente, ressaltamos a ausência de investimento nessas vidas, vistas como infames, descartáveis e não passíveis de enlutamento.

Dentre as medidas para combater o coronavírus no sistema penitenciário, destacam-se ações estaduais de distribuição de máscaras, ampliação da realização de testes para Covid-19, limpeza e sanitização das celas, dentre outras. Os estados brasileiros seguem as medidas de suspensão das visitas adotadas no país, o que tem causado dificuldades de comunicação com os familiares e temor de contágio em massa entre os presos. Além disso, existem relatos de restrição na alimentação nos presídios e atrasos na entrega de correspondências destinadas aos internos <sup>36</sup>.

A preocupação com o avanço da infecção pelo novo coronavírus para a população privada de liberdade também inclui o temor de que a Portaria conjunta do Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Saúde, de 30 de março de 2020, - que autoriza enterros e cremações de corpos não reclamados por familiares ou amigos mesmo sem atestado de óbito -, possa levar ao desaparecimento de cadáveres do sistema prisional, abrindo caminho para a ampliação da prática de tortura e execuções no sistema <sup>13</sup>. Corpos-sujeitos que não deixariam rastros, vidas infames!

Portanto, se é verdade que a pandemia nos leva a refletir sobre a fragilidade da nossa existência, há um composto estruturante público e privado de gênero, raça e classe que precisa ser considerado tanto na destinação dos apoios estatais emergenciais quanto na ressignificação das nossas relações familiares, comunitárias e de trabalho.

No contexto da pandemia, a população dos *novos* infames fica ainda muito mais invisível e esquecida, e, conseqüentemente, mais vulnerável, quando em situação de rua, especialmente nas periferias das grandes cidades. Vivem de teimosos, sem nada, nem roupas, nem comida, nem luvas, nem máscaras, nada, nada, é como se não existissem <sup>37</sup>. Estima-se a existência, em 2015, de 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil, que para além das vulnerabilidades locacionais (tais como o desconforto ante as intempéries, a insalubridade e a insegurança) e das iniquidades no acesso aos serviços <sup>38</sup>, estão mais susceptíveis ao risco de infecção pelo novo coronavírus.

A população em situação de rua está em muitos lugares. Tantos lugares que ninguém nem sabe onde eles estão. Eles estão entregues à própria sorte <sup>37</sup>. No Estado de São Paulo, considerado epicentro da doença, estima-se que, no mês de março, havia 24.000 desabrigados na cidade – famílias inteiras em alguns casos. Desse universo, 13% tem mais de 60 anos de idade, faixa de maior risco de contaminação. Sabemos que viver na rua expõe e vulnerabiliza as pessoas em diferentes aspectos, tais como violências, preconceito, invisibilidade social, dificuldade de acesso às políticas públicas, alimentação incerta e pouca disponibilidade de água potável, privação de sono e afeição e a dificuldade de adesão a tratamento de saúde.

Apesar da afirmação da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, que poucos moradores de rua foram contaminados pelo coronavírus no Brasil, porque “ninguém pega na mão deles” <sup>39</sup>, o risco de contaminação por doenças de transmissão respiratória é muito maior nas pessoas em situação de rua, seja por suas condições precárias de vida, maior dificuldade de acessar políticas de prevenção – como, por exemplo, obter água, sabão, álcool em gel e uma casa que permita o distanciamento social, para o caso da Covid-19. Essas dificuldades fazem com que populações vulneráveis, como as pessoas em situação de rua,

fiquem à margem de políticas globais generalistas, muitas vezes mais focadas no combate às ameaças biológicas do vírus do que efetivamente em práticas de cuidado e proteção a esses grupos. Desse modo, a falta de assistência, aliada a condições precárias de vida, acaba resultando num número desproporcional de mortes dessa população <sup>40</sup>.

Diante da crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia de coronavírus, e na ausência de iniciativas mais efetivas por parte do poder público, muitas vezes, resta a essa parcela da população mais vulnerável somente o apoio de diversos movimentos e projetos, que têm feito doações de alimentos e materiais para higiene <sup>37</sup>.

Apesar dessa realidade, o Brasil segue no negacionismo <sup>41</sup> e não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua, revelando e reproduzindo a invisibilidade social da população não domiciliada. A pandemia de coronavírus é um espelho das vidas que têm o direito de serem cuidadas, mas que serão relegadas à própria sorte - ou azar. Embora as suas formas de disseminação atinjam democraticamente indivíduos e populações, o vírus encontra na desigualdade social as condições ideais para abater populações historicamente menos favorecidas que, por conseguinte, irão compor substancialmente as estatísticas.

Dentre os *novos* infames, é importante ainda destacar que os povos indígenas, - os '*eternos infames*' brasileiros -, estão sendo dizimados. Mais uma vez, afirma-se que o problema do coronavírus escancara a crônica diferença e luta de classes, a situação dos sem-teto, dos que moram na rua, a situação das favelas, e dos indígenas. O governo atual incentiva os madeireiros, os garimpeiros, eles levam a doença aos índios. É um momento de assassinato da vida muito grande, em todos os sentidos <sup>42</sup>.

A quantidade de violência com que os indígenas estão sendo tratados nessa pandemia de Covid-19 é considerada enorme até mesmo para os padrões do Estado brasileiro, um histórico agente de violação dos direitos e de agressões contra os povos indígenas. Nesse contexto, destaca-se a dor das mulheres Yanomami, que imploram pelos corpos de seus bebês, mortos e desaparecidos, possivelmente enterrados no cemitério da cidade devido à contaminação por Covid-19 durante internação hospitalar. Tal fato viola seus direitos enquanto povo, pois os Yanomami não são enterrados nunca, em nenhuma hipótese. Para essa cultura, não há pior afronta e sofrimento do que fazer 'desaparecer' seus mortos. O corpo deve ser cremado e com um longo ritual, para que o morto possa morrer para si e para a comunidade. Entretanto, o desrespeito e a indignidade com que a morte está sendo tratada pelas autoridades públicas são os mesmos da vida <sup>43</sup>. *Vidas infames!*

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil também criou uma ferramenta para monitorar e mitigar as subnotificações a partir do site Quarentena Indígena, em que apresenta

números com apuração própria sobre indígenas e o coronavírus. Os dados são atualizados com a colaboração de diversas organizações indígenas regionais e mostram números conflitantes com os oficiais. Em sua última atualização, indicava 77 óbitos, 308 pessoas contaminadas e 34 povos atingidos em todo o país. Já o boletim epidemiológico do dia 13 de maio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) apresentou 19 óbitos e 277 casos confirmados <sup>22</sup>.

### **“Inconclusões”: operando com a necessidade ético-política de fazermos oposição à atualização de sujeitos infames**

No atual contexto, vemos um recrudescimento de uma política de morte dos grupos mais vulneráveis. Trata-se das vidas não passíveis de serem enlutadas e que estão mais sujeitas às “fatalidades” de um mundo que está cada vez mais distante de ser habitado democraticamente. Tais processos de enquadramento seletivo da população através de uma lógica de mercado cada vez mais produtivista alia-se às políticas globais e de governo, historicamente voltadas para regular os modos de existir e de ocupar os espaços, principalmente as ruas.

A negligência do Estado e de alguns governantes resulta no genocídio de populações específicas, de grupos que são considerados como perdíveis, destrutíveis, não passíveis de lamentação. A produção desses “corpos que não importam” cria um contexto favorável para que a necropolítica do Estado possa operar e, assim, vidas - que sim, importam! - sejam perdidas.

Identificar e pensar a necropolítica serve como ferramenta para que possamos refletir e estabelecermos políticas democráticas radicais que digam não ao genocídio provocado pelo Estado, por suas instituições e dispositivos que exercem seu poder político social de administrar a vida e a morte de determinados grupos, deixando-os à mercê da falta das condições básicas para manterem suas vidas, promovendo ainda mais opressões.

Vivenciamos hoje uma pandemia que exige o uso de máscaras para proteção e que, ao mesmo tempo, “tira nossas máscaras”. É necessário arrancar as máscaras que impedem que nossos olhos vejam o que vem sendo cronicamente atualizado: as desigualdades, as exclusões, a ausência de políticas públicas, a necropolítica, a produção de sujeitos infames e de vidas não passíveis de luto.

Acionando a história aberta ao ponto de vista dos vencidos, vemos que a “novidade” da Covid-19 é uma requentada e conhecida violência que produziu guerras e inúmeras mortes no passado, uma violência que ainda se baseia na crença da superioridade de uns sobre os outros.

Assim, diante da novidade da pandemia, o que temos de mais revolucionário é a evocação do passado para compreender o hoje e modificar o futuro.

É fundamental um posicionamento de oposição à repetição do passado que atualiza os infames, os que não são considerados humanos, que têm suas vidas subnotificadas. Não podemos nos acostumar ao luto naturalizado. Trata-se de uma dimensão ética de fazer frente de luta para romper com os ciclos de violência, um posicionamento ético-político radical de se opor aos processos que produzem mortificação, abrindo lugar à recriação de relacionalidades. Sem utopias, a pandemia nos provoca a novos olhares, a mudanças estruturais que possam se opor aos *ismos* que persistem em habitar em nossa sociedade: racismos, machismos e principalmente, aos fascismos em nós. Rago e Veiga-Neto <sup>44</sup> lembram que Foucault nos convida a uma “arte de viver contrária a todas as formas de fascismo”, uma arte que demanda uma importante premissa de que não nos apaixonemos pelo poder. Talvez o grande desafio não seja exatamente em saber lidar com a pandemia, mas, sobretudo, criar formas de se “*desapaixonar*” pelo poder, produzindo estratégias de transformar o que herdamos do passado, compreendendo o presente e criando um *novo* futuro. Porque, senão, nada mudará, e como diz Krenak, “tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro” <sup>45:14</sup>.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Coronavírus Brasil. 2020. [cited on: 21 mai 2020] Available from: <https://covid.saude.gov.br/>
2. Colasanti M. Eu sei, mas não devia. In: Colasanti M. O pequeno livro das grandes emoções. Brasília: UNESCO; 2009. p. 53-54.
3. Pessoa F. Livro do desassossego. São Paulo: UNICAMP, 1994.
4. Silva MC, Silva K, Siqueira LAR, Andrade MAC. Acontecimento COVID -19: e daí? [Forthcoming] Scielo Preprints. Versão 1. 2020. [cited on 13 Jun 2020] Available from: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/520>.
5. Foucault M. A vida dos homens infames. In: Foucault M. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003; p. 203-222.
6. Lobo LF. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina; 2008.
7. Butler J. Quadros de Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2017.
8. Zanella AV. Sobre olhos, olhares e seu processo de (re)produção. In: Lenzi LHC. (Org.). Imagem: Intervenção e pesquisa. Florianópolis: Ed. UFSC; 2006, p. 139-149.
6. Mbembe A. Necropolítica. São Paulo, Sp: n-1 edições; 2018.
7. Mbembe A. A crítica da razão negra. São Paulo, Sp: n-1 edições; 2018.
8. Haddad N. Coronavírus matou tantos brasileiros quanto a Guerra do Paraguai. Folha de São Paulo; Jun 20, 2020. [Cited on 23 jun 2020] Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/coronavirus-matou-tantos-brasileiros->

quanto-a-guerra-do-

paraguai.shtml?utm\_source=whatsapp&utm\_medium=social&utm\_campaign=compwa

9. Benjamin W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Rouanet SP. (Trad.) 7. ed. São Paulo: Brasiliense; 1994.

10. Löwy M. Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo; 2005.

11. Adichie CN. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.

12. Dias W. Damares ‘atrapalha’ ações contra covid-19 nas prisões, denuncia comitê anti-tortura. Rede Brasil Atual; Abr 29, 2020 [Cited on 21 mai 2020] Available from: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/damares-inviabiliza-reunioes-covid-19-prisoas-comite-combate-a-tortura/>

13. Oliveira C. Covid-19 pode encobrir desaparecimento de presos. Rede Brasil Atual; Abr 29, 2020 [Cited on 21 mai 2020] Available from: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/mortes-covid-19-pode-encobrir-desaparecimento-de-presos/>

14. Foucault M. Aula de 17 de março de 1976. In: Foucault M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 285-315.

15. Avilez L. Movimento negro exige medidas do governo e pede lockdown no ES. A Gazeta; 2 Jun 2020. [cited on: 6 Jun 2020] Available from: [https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/movimento-negro-exige-medidas-do-governo-e-pedem-lockdown-no-es-0620?utm\\_medium=share-site&utm\\_source=whatsapp](https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/movimento-negro-exige-medidas-do-governo-e-pedem-lockdown-no-es-0620?utm_medium=share-site&utm_source=whatsapp).

16. Gagnebin JM. Lembrar esquecer escrever. São Paulo: Editora 34; 2006.

17. Aun H. “Não é um número”: projeto homenageia vítimas da Covid-19 no Brasil. Catraca Livre; 25 Mai 2020. [cited on 29 Jun 2020]. Available from: <https://catracalivre.com.br/cidadania/nao-e-um-numero-projeto-homenageia-vitimas-da-covid-19-no-brasil/>

18. Assy B. Introdução à edição brasileira: “FACES PRIVADAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS” - por uma ética da responsabilidade. In: Arendt H. Responsabilidade e julgamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 31-60.

19. Imperial College. Ferramenta de análise de cenário COVID-19. 2020. [cited on: 30 May 2020] Available from: <https://covidsim.org/v1.20200524/?place=Brazil>

20. Barrucho L. Brasil: o novo epicentro da pandemia de coronavírus? BBC; 20 May 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52732620>

21. Nunes V. “Bolsonaro surtou de vez”, dizem técnicos do Ministério da Saúde. Correio Braziliense; 6 Jun 2020. [cited on: 7 Jun 2020] Available from: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/bolsonaro-surtou-de-vez-dizem-tecnicos-do-ministerio-da-saude/>

22. Tavares V. Os dados invisíveis da Covid-19. Fiocruz. 14 May 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/os-dados-invisiveis-da-covid-19>

23. O Globo. Covid-19: Brasil vive "apagão" de dados e não tem noção do tamanho da pandemia. O Globo; 2 May 2020. [cited on 21 May 2020] Available from: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-05-02/covid-19-brasil-vive-apagao-de-dados-e-nao-tem-nocao-do-tamanho-da-pandemia.html>

24. Gomes R. Mortes pela covid-19 crescem 45% nos bairros pobres em uma semana. Rede Brasil Atual; 27 Apr 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/mortes-por-covid-19-periferia/>

25. Rede Brasil Atual. Moradores do Complexo do Alemão lidam com a pandemia e a violência policial. Rede Brasil Atual; 28 Apr 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from:



- <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/moradores-do-complexo-do-alemao-lidam-com-a-pandemia-e-a-violencia-policial/>
26. Diniz D, Carino G. A necropolítica das epidemias. *El País*; 9 Mar 2020. [cited on: 30 May 2020] Available from: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>
27. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Aglomerados subnormais. 2010. [cited on: 7 Jun 2020] Available from: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf)
28. Ribeiro A. Contrastes nas favelas. *Brasil Escola*. [cited on: 2 Jun 2020] Available from: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/contrastes-nas-favelas.htm>
29. Barreira G. Favelas do Rio somam mais mortes por Covid-19 do que 15 estados do Brasil. *G1*; 21 May 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/21/favelas-do-rio-somam-mais-mortes-por-covid-19-do-que-15-estados-do-brasil.ghtml>
30. Thuswohl M. Subnotificação, falta de informação e condições precárias aumentam drama da covid-19 nas favelas do Rio. *Rede Brasil Atual*; 28 Apr 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/subnotificacao-falta-de-informacao-e-condicoes-precarias-aumentam-drama-da-covid-19-nas-favelas-do-rio/>
31. Rede Brasil Atual. Rio de Janeiro: na ausência do Estado, moradores do Alemão criam gabinete de crise. *Rede Brasil Atual*; 30 Apr 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/rio-de-janeiro-na-ausencia-do-estado-moradores-do-alemao-criam-gabinete-de-crise/>
32. Figueiredo P. Bairros com maior número de mortes por coronavírus em SP concentram favelas e conjuntos habitacionais. *G1*; 4 May 2020. [cited on: 7 Jun 2020] Available from: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/04/bairros-com-maior-numero-de-mortes-por-coronavirus-em-sp-concentram-favelas-e-conjuntos-habitacionais.ghtml>
33. Betim F. No bairro campeão de mortes por covid-19 em São Paulo moradores isolam seus idosos à espera de um hospital. *El País*; 5 May 2020. [cited on: 7 Jun 2020] Available from: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-05/no-bairro-campeao-de-mortes-por-covid-19-em-sao-paulo-moradores-isolam-seus-idosos-a-espera-de-um-hospital.html>
34. Loures S. Apenas 8 estados brasileiros divulgam dados de “raça/cor” das vítimas de Covid-19. *Notícia Preta*; 22 Jun 2020. [cited on: 25 Jun 2020] Available from: <https://noticiapreta.com.br/apenas-8-estados-brasileiros-divulgam-dados-de-raca-cor-das-vitimas-de-covid-19/>
35. Matias TLL. COVID-19 Painel de Monitoramento dos Sistemas Prisionais. Departamento Penitenciário Nacional, DEPEN; 19 Mar 2020. [cited on: 7 Jun 2020] Available from: <http://depen.gov.br/DEPEN/covid-19-painel-de-monitoramento-dos-sistemas-prisionais>
36. Dalapola K. Brasil chega a 10 mortes por covid-19 em presídios. *R7*; 1 May 2020. [cited on: 7 Jun 2020] Available from: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/brasil-chega-a-10-mortes-por-covid-19-em-presidios-01052020>
37. Assunção C. População de rua em São Paulo e o coronavírus: ‘Não pegamos porque somos invisíveis’. *Rede Brasil Atual*; 4 Apr 2020. [cited on: 21 May 2020] Available from: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/04/populacao-de-rua-coronavirus-somos-invisiveis/>
38. Natalino MAC. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. *Texto para Discussão*; 2016. 2246. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, Brasília. [cited on: 7 Jun 2020] Available from: [https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177462/1/td\\_2246.pdf](https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177462/1/td_2246.pdf)
39. UOL. Damares: poucos moradores de rua têm covid, pois ninguém pega na mão deles... *UOL*; 7 May 2020. [cited on: 10 Jun 2020] Available from:

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/07/damare-poucos-moradores-de-rua-tem-covid-pois-ninguem-pega-na-mao-deles.htm>

40. Schuch P, Furtado CC, Sarmento CS. População de rua, coronavírus e necropolítica. UFRGS. *Jornal Da Universidade*; 2 Apr 2020. [cited on: 11 Jun 2020] Available from: <https://www.ufrgs.br/jornal/populacao-de-rua-coronavirus-e-necropolitica/>

41. Campos GWS. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*, 2020; 18(3):e00279111. DOI 10.1590/1981-7746-sol00279

42. Maretti E. Zé Celso: ‘O que importa agora é a cultura da vida, não a cultura da morte’. *Rede Brasil Atual*; 29 Apr 2020. [cited on: 30 May 2020] Available from: <https://www.redebrasilatual.com.br/cultura/2020/04/ze-celso-o-mais-importante-agora-e-a-cultura-da-vida-nao-a-cultura-da-morte/>

43. Brum E. Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. *El País*; 24 Jun 2020. [cited on: 24 Jun 2020] Available from: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>

44. Rago M, Veita-Neto A. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica; 2009.

45. Krenak A. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Editora Schwarcz; 2020.

### **Contribuição dos autores**

Navarro JHN, Silva MC, Siqueira LAR, Andrade MAC participaram da concepção, elaboração, revisão crítica e aprovação final da versão a ser publicada.